

Ano 22 • Número 25 • 29 de junho de 2020

Cenário segue adverso, mas menos intenso na indústria gaúcha

A taxa de câmbio real e a retomada via setor externo

Pesquisa Industrial Anual (PIA) detalha as dificuldades do setor

Banco Central anuncia novas medidas com foco em MPMEs

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Cenário segue adverso, mas menos intenso na indústria gaúcha

A Sondagem Industrial do RS de maio de 2020, divulgada pela FIERGS, mostrou um quadro difícil para o setor, mas de melhora se comparado ao cenário dos dois meses anteriores. Os índices de atividade cresceram ante abril, quando atingiram seus pisos históricos, mas seguiram no terreno negativo. A evolução das expectativas não foi diferente.

O índice de produção cresceu de 24,1 em abril para 45,1 pontos em maio. Como permaneceu abaixo dos 50 pontos, o índice revela queda menos intensa do que a contração recorde observada em abril (24,1 pontos), ressaltando ainda que foi a terceira queda seguida. O emprego registrou o mesmo comportamento: o índice cresceu de 34,0 pontos para 40,2 pontos no período.

A evolução da Utilização da Capacidade Instalada (UCI) não foi diferente: aumentou dos 49,0% de abril (piso histórico) para 56,0% em maio, 12,3 p.p. abaixo da média histórica. Já o índice de UCI em relação à usual cresceu de 22,0 para 27,9 pontos. Nesse caso, valores abaixo de 50 indicam que os empresários consideraram a UCI abaixo do usual para o mês.

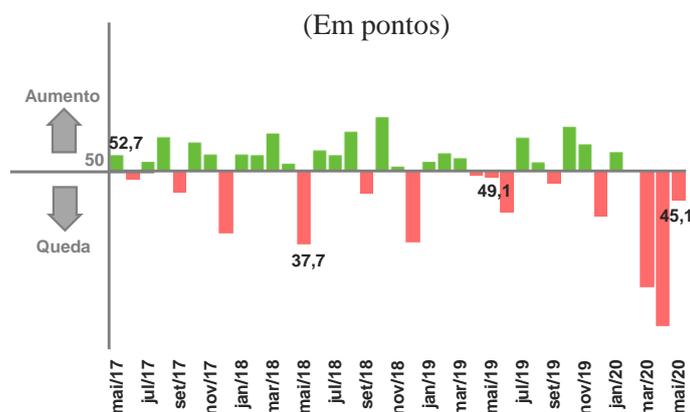
Os estoques de produtos finais cresceram, mas menos do que o previsto pelas empresas, eliminando o excedente provocado pela paralisação dos negócios em abril: os índices de evolução e em relação ao planejado foram de 51,2 e 48,1 pontos em junho. Abaixo dos 50 pontos, os índices mostram, respectivamente, alta ante o mês anterior e estoques abaixo do planejado.

Após atingir suas mínimas em abril, os índices de

expectativas para os próximos seis meses cresceram pelo segundo mês seguido, mas seguiram abaixo dos 50 pontos. Isso significa que os empresários projetam redução da demanda (o índice subiu de 32,3 em maio para 46,7 pontos em junho), das exportações (de 32,0 para 41,7), do emprego (de 34,6 para 43,3) e das compras de matérias-primas (de 30,4 para 43,6).

Nesse cenário, os empresários gaúchos continuaram pouco dispostos a fazer investimentos nos próximos seis meses. O índice de intenção de investir aumentou 6,3 pontos ante maio, ficando em 37,6 pontos em junho, 11,2 inferior à média histórica. Das empresas consultadas em junho, apenas 37,3% estão propensas a realizar investimentos.

Índice de Produção Industrial do RS



Abaixo (acima) de 50,0 pontos, indica queda (alta) em relação ao mês anterior.
Fonte: FIERGS.

A taxa de câmbio real e a retomada via setor externo

A taxa de câmbio nominal R\$/US\$ refletiu intensamente a elevada incerteza global provocada pela crise econômica em decorrência da pandemia. Esse patamar mais desvalorizado da moeda brasileira tem colocado expectativa no setor externo como um vetor importante para a recuperação da economia

O cálculo da taxa de câmbio real efetiva, a qual leva em conta a inflação dos bens comercializados no mercado doméstico e estrangeiro, possibilita uma análise mais clara desse processo. O Gráfico abaixo apresenta a evolução da taxa de câmbio real a preços de maio de 2020. Primeiramente, vemos que em termos reais a taxa de câmbio real ainda fica abaixo de outubro de 2002. Também se observa que entre 2002 e 2010, houve uma clara tendência de valorização, consequência de, entre outros fatores, uma valorização internacional dos preços de *commodities* e do Dólar mais desvalorizado em relação às demais moedas.

Após 2011, tanto com a desaceleração da economia chinesa, que levou a estagnação dos preços das *commodities*, quanto a aceleração do crescimento dos EUA e fortalecimento do Dólar, a taxa de câmbio real começou a apresentar um processo mais intenso de desvalorização. Veja que, mesmo com a taxa de câmbio real se desvalorizando ao longo de toda a década, o

Brasil não conseguiu ganhar espaço no comércio mundial. Certamente, outros fatores internos e externos influenciaram, e continuarão influenciando as nossas exportações.

A manutenção dessa vantagem cambial para o setor exportador somente será consolidada se a taxa de inflação permanecer bem comportada. Outro fator é a diminuição da incerteza e o seu impacto no câmbio nominal. Por fim, o reestabelecimento da demanda externa será outro fator preponderante. Diante de todas essas variáveis, a nossa visão é que mesmo com a manutenção de uma situação cambial mais favorável, o setor externo brasileiro continuará enfrentando dificuldades nos próximos anos.

Taxa de Câmbio Real - R\$/US\$

(R\$/US\$ a preços de maio/2020)



Fonte: BCB.

Pesquisa Industrial Anual (PIA) detalha as dificuldades do setor

Recentemente, o IBGE divulgou a Pesquisa Industrial Anual (PIA) Empresa de 2018. Com os novos dados, é possível ter uma dimensão dos efeitos que a crise econômica de 2014-2016 trouxeram para o País e para o Rio Grande do Sul.

Em 2018, o País contava com 327 mil indústrias ativas com 1 ou mais trabalhadores, ao passo que em 2013 – pico da série – eram 353,4 mil, uma redução de 26,4 mil indústrias no período ou -7,5%. Como reflexo, foram perdidos 1,337 milhão de empregos nesses quatro anos, com o estoque de vagas passando de 8,892 milhões de pessoas em 2013 para 7,554 milhões em 2018, uma redução de 15,0%. Cabe destacar também que o número de ocupados é o terceiro menor patamar da série histórica, ficando à frente apenas de 2007, quando foi de 7,356 milhões e 2017, com 7,509 milhões.

No Rio Grande do Sul, entre 2014 e 2018, houve perda de 3,0 mil unidades locais (-13,5%) e 104,5 mil pessoas ocupadas (-14,2%). Cabe mencionar que, para as Unidades da Federação, os dados referem-se às unidades locais de empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas. Quanto ao faturamento das indústrias gaúchas, o total de receitas líquidas de vendas avançou 14,1% no período, chegando a R\$ 249,3 bilhões em 2018. Por outro lado, o total de custos e despesas cresceu 16,1%, atingindo R\$ 226,5 bilhões. Essa discrepância na evolução, em termos nominais, de faturamento e custos/despesas mostra o quanto as margens para investimentos das empresas gaúchas foram comprometida nos últimos anos.

Entre as diversas variáveis pesquisadas, uma

atenção especial deve ser dada ao Valor da Transformação Industrial (VTI), utilizada como *proxy* (aproximação) para o PIB do setor. Essa variável corresponde à diferença entre o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) e o Custo com as Operações Industriais (COI), ou seja, traz uma ideia do valor agregado em cada uma das etapas de produtivas, remetendo, portanto, à própria noção de PIB.

Em 2018, o VTI da indústria gaúcha somou R\$ 91,9 bilhões, fruto de um valor de produção (VBPI) de R\$ 237,1 bilhões e custo (COI) de R\$ 145,2 bilhões. Na comparação com os demais estados, a Indústria do Rio Grande do Sul briga para recuperar a quarta colocação em termos de VTI, com uma diferença marginal do quarto colocado e com uma parcela de 6,8% do total do setor no Brasil, atrás de São Paulo (32,8%), Rio de Janeiro (11,2%), Minas Gerais (11,0%) e Paraná (6,8%). Apesar da manutenção da quinta colocação no *ranking* – a quarta posição foi perdida para o Paraná em 2016 –, cabe mencionar que o RS ainda não recuperou a perda de participação na passagem anual, dado que em 2016 a Indústria gaúcha respondia por 7,1% do VTI nacional e em 2017, respondia pelos mesmos 6,8%.

Os dados da PIA explicitam o desafio que o setor terá pela frente nos próximos anos no Brasil e, principalmente, no RS. A crise da indústria deve ser tratada como uma consequência da baixa competitividade histórica e estrutural. A reconstrução necessária após a crise de 2020 deve ser encarada com uma oportunidade de mudança de rumos para as políticas no setor.

Banco Central anuncia novas medidas com foco em MPMEs

Na semana passada, o Banco Central do Brasil (BCB) anunciou novas medidas para combater os impactos causados pela pandemia da Covid-19 no País. As ações buscam manter a funcionalidade e assegurar a confiança nos mercados, principalmente por meio da manutenção da liquidez e provisão de capital para o sistema financeiro. Juntas, as medidas tem o potencial de gerar R\$ 212 bilhões em crédito para empresas.

A primeira é a redução do requerimento de capital das instituições de menor porte, como cooperativas. O requerimento de capital é uma exigibilidade do BCB de que as instituições financeiras (IF) tenham um percentual mínimo de patrimônio para garantir que eles tenham recursos para algum evento adverso. Com a redução, o potencial aumento da capacidade de concessão de crédito é de até R\$ 16,2 bilhões.

A segunda, com potencial de R\$ 55,8 bilhões, permite a dedução da exigibilidade de recolhimento compulsório sobre depósitos de poupança por meio de operações de crédito para financiamento de capital de giro para empresas com faturamento anual de até R\$ 50 milhões. Mas bancos que não queiram correr o risco ou que não possuam clientes com esse perfil, poderão deduzir as aplicações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE). Para incentivar a adesão das IFs, a autoridade monetária determinou que 30% do saldo de depósito não seja remunerado pela Selic caso a instituição opte por deixar o recurso no BCB.

A terceira medida reduz de 50% para 35% o fator de ponderação de risco do DPGEs, com potencial de liberação de R\$ 12,7 bilhões em crédito. A lógica é que, como instituições financeiras de menor porte tendem a ter mais clientes de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), o aumento de dinheiro disponível para empréstimos nessas instituições tende a alcançar esse grupo.

No mesmo sentido, outra medida é o programa Capital de Giro para Preservação de Empresas (CPGE). Neste, o BCB concede uma otimização dos recursos contingenciados nos próprios bancos, ao diminuir a quantia de provisionamento que ele devem manter. A principal contrapartida é que os bancos devem, obrigatoriamente, conceder novos empréstimos para MPMEs. O potencial de crédito da medida é de R\$ 127 bilhões.

Por fim, o BCB regulamentou sua atuação no mercado secundário por meio da compra e venda de ativos privados, ação prevista na EC nº 106/2020 (“Orçamento de Guerra”). A participação da autoridade monetária nesse mercado permitiria o direcionamento de liquidez no mesmo, atenuando os efeitos adversos causados pelas restrições de fluxo no mercado* e, além disso, tem o potencial de auxiliar diretamente as MPMEs que se encontram com dificuldade para acessar algum financiamento durante a crise.

Leia mais sobre [nesta](#) edição passada desse IE.